

Bibliotecas brasileiras vistas pelos viajantes no século XIX

Luiz Antonio Gonçalves da Silva

Doutor em ciência da informação pela Universidad Complutense de Madrid, Espanha.

E-mail: luiz-agsilva@hotmail.com

Resumo

Desde o seu descobrimento, o Brasil foi alvo da curiosidade estrangeira. A partir dos primeiros séculos da colonização, o país começou a receber viajantes cujo número aumentou consideravelmente com a abertura dos portos em 1808. Após o retorno aos países de origem, muitos publicaram seus relatos de viagens, que atraíram levas de leitores. O conjunto dessas obras, conhecido como “literatura de viagens”, constitui rica fonte para o estudo de diferentes aspectos da história do Brasil. Este artigo traz uma compilação das informações deixadas por viajantes sobre bibliotecas brasileiras. Sem pretender cobrir todos os autores, foram examinados os relatos mais conhecidos abrangendo o período do século XIX. Não se buscou fazer uma análise desses dados nem a sua verificação, mas apresentar o panorama das bibliotecas percorridas pelos visitantes e a forma como foram vistas por eles no período citado.

Palavras-chave

História das bibliotecas brasileiras. Literatura de viagens. Viajantes estrangeiros.

Brazilian libraries as seen by foreign travelers in the 19th Century

Abstract

Since its discovery Brazil has attracted the curiosity of foreign travelers. During the 16th and 17th centuries travelers from different European nations visited the country, and their number greatly increased after the opening of Brazilian ports to foreign ships in 1808. Reports and narratives published by many of these travelers met an enormous audience. The totality of these publications, the so-called travel literature, remains a wealthy source of information about different aspects of Brazilian history. This article offers a compilation of the opinions and views of some of these travelers about Brazilian libraries. Not every author was included in this survey but only those who visited the country in the 19th century and are widely known.

Keywords

History of brazilian libraries. Travel literature. Foreign travelers and voyagers.

INTRODUÇÃO

Desde o seu descobrimento, o Brasil foi alvo da curiosidade estrangeira. A partir dos primeiros séculos da colonização, o país começou a receber viajantes cujo número aumentou bastante com a abertura dos portos às nações amigas em 1808, pelo então príncipe regente dom João, que aqui desembarcou com a corte portuguesa. Houve então crescente afluxo de navios de diferentes nações aos portos brasileiros, aumentando consideravelmente após a Independência. Traziam a bordo passageiros das mais variadas profissões e interesses, atraídos pela terra desconhecida e, até então proibida, ante os rigorosos controles de visita exercidos pelas autoridades portuguesas nos primeiros séculos da colonização. Eram cientistas, artistas, missionários religiosos, políticos, militares, representantes comerciais, aventureiros e até piratas. Esse período de atividade exploradora ficou conhecido como o novo descobrimento da América.

Após o retorno aos países de origem, muitos publicaram, com base nas anotações e no uso da memória, os relatos de suas aventuras, que atraíram levas de leitores. O conjunto dessas obras, conhecido como “literatura de viagens”, torna-se hoje um rico conjunto documental para a análise historiográfica daquele período.¹ Ali são encontradas informações e descrições sobre costumes, economia, sociedade, cultura e outros aspectos que têm sido utilizados para os mais diversos estudos temáticos da história do Brasil. As observações variam de acordo com a formação, os objetivos e os interesses dos seus autores. Apesar da riqueza descritiva das narrativas, cabe ressaltar que não se pode aceitar os relatos

¹ Sobre a classificação da literatura de viagens ver: MINDLIN, José E. Viajantes no Brasil: viagem em torno de meus livros. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991, p. 35-54.

como a própria e única realidade, mas como representações de realidades possíveis. Como notou Reichel², as imagens elaboradas pelos viajantes foram frutos dos componentes ideológicos de seus autores, dotados de conteúdos culturais próprios e patrimônio anterior que condicionam o modo de observar e entender o empírico.

Este artigo tem como objetivo apresentar relatos de viajantes sobre bibliotecas visitadas no decorrer do século XIX e como elas foram vistas no período indicado. Sem pretender cobrir todos os autores, foram examinadas as narrativas mais conhecidas pela historiografia. Não se buscou fazer uma análise desse material, mas fornecer um instrumental de pesquisa para a história das bibliotecas no Brasil, campo ainda carente de mapeamento de fontes (SECO, 2003)³.

BIBLIOTECA NACIONAL

Quando os viajantes chegavam ao Rio de Janeiro, a primeira impressão era de deslumbramento pela vista da baía, das montanhas e da floresta luxuriante banhada de luz. Após o desembarque, começavam a percorrer os principais pontos da cidade.

A biblioteca era parada obrigatória do roteiro de muitos. “Quando se visita o Rio de Janeiro, não se deve deixar de ir à Biblioteca Nacional”, recomendou o pastor metodista americano Daniel Parish Kidder, que veio ao Brasil em 1836, em missão de propaganda da American Bible Society (2001, p. 102). O naturalista alemão Hermann Burmeister, que aqui esteve entre 1850 e 1852, chegou a afirmar que “o principal instituto científico do Rio de Janeiro é a Biblioteca Nacional” (1980, p. 83). Sua origem foi o acervo de livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas, que constituía

² REICHEL, Heloisa Jochims. *Os relatos dos viajantes como fonte para o estudo da história*. Disponível em: < <http://eb.net/XIIICongress/cd/papers/60JochimsReichel320.pdf> > Acesso em 29 maio 2007.

³ Ana Paula Seco, em sua dissertação de mestrado, abordou, entre outros aspectos, a menção às bibliotecas contidas nos relatos de viajantes ingleses. Cf. SECO, Ana Paula. *História da educação no Brasil: o olhar dos viajantes britânicos sobre a educação (1808 - 1889)*. 2004. 193 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

a Real Biblioteca da Ajuda, trazido ao Brasil pela família real portuguesa. Com o nome de Real Biblioteca, foi instalada em 1810 nas dependências do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, na Rua Direita, Atual Rua Primeiro de Março, conhecida na época por Rua Detrás do Carmo. Em 1811, já atendia mediante prévia autorização régia, e, a partir de 1814, estava aberta a toda a população da cidade⁴.

O comerciante inglês John Luccock, que aportou no Rio de Janeiro em meados de 1808 e presenciou a instalação da corte portuguesa na cidade, deu notícias sobre a abertura da Real Biblioteca ao público. No entanto, fez críticas quanto à qualidade e atualização do acervo que, segundo ele, continha [...] “poucas obras apropriadas ao estado de progresso atual da ciência, ou do gosto moderno” (1942, p. 379-80).

Em 1817, chegou ao país uma expedição científica enviada pelo imperador austríaco Francisco II, por ocasião do casamento do príncipe dom Pedro com dona Leopoldina. Três de seus membros mencionaram a biblioteca e seu acervo. O médico austríaco Johann Emmanuel Pohl considerou sua abertura como uma medida para “instruir a nação”, e anotou que seu acervo era de 80 mil volumes (POHL, 1976, p. 40). Os naturalistas alemães Spix e Martius classificaram a biblioteca como um “presente que o rei trouxe consigo de Portugal para a capital do Brasil” e mencionaram sua primitiva localização “no edifício dos Terceiros da Ordem do Carmo”. Registraram que a coleção era de 70 mil itens e que “os assuntos de história e jurisprudência são os mais fartamente representados”. Consultaram o manuscrito da *Flora Fluminensis*, que foi de grande valor para seus trabalhos botânicos.⁵ Segundo informaram, a entrada da biblioteca era “facultada ao público durante grande parte do dia”. Não deixaram, no entanto, de observar o vazio das salas por falta de

⁴ Cf. CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807 a 1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

⁵ Os manuscritos da *Flora Fluminensis*, de autoria de frei José Mariano da Conceição Veloso, foram doados em 1811 ao príncipe regente pelo superior do convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Após ter sido dada como perdida, a obra foi localizada na Biblioteca em 1825 e publicada por ordem de dom Pedro I.

leitores. Avaliaram que a baixa frequência devia-se ao fato da pouca importância que se dava aqui às “ocupações literárias” (1938. v.1, p. 98).

No relato de sua viagem de circunavegação, o francês Jacques Arago descreve a visita que fez à biblioteca durante sua passagem pelo Rio de Janeiro, entre 1820 e 1821. Diz que era bela e “rica das melhores obras literárias, científicas e filosóficas das nações civilizadas”, mas que teve dificuldades em encontrá-la porque ficava vazia e era desconhecida dos brasileiros. Informa que, nas duas vezes em que esteve no local, encontrou-se sempre só, acompanhado apenas do diretor, “um jovem frade de maneiras polidas”⁶. Descreve que existia uma sala especial, próxima à sala destinada ao público, onde se encontravam cerca de 2.500 volumes “admiravelmente encadernados e encerrados em vitrines elegantes”. O diretor informou que se tratava da biblioteca particular do infante dom Miguel. Arago então lhe perguntou se o príncipe frequentava o local, ao que o frade respondeu nunca. O fato causou espanto ao viajante, que indagou o que conheceria o jovem príncipe (ARAGO, 1839, v.1, p. 113-4).

Após a proclamação da independência do Brasil em 1822, a biblioteca passou a denominar-se *Biblioteca Imperial e Pública* de acordo com seu regulamento de 13 de setembro de 1824. No ano seguinte, o governo imperial, por meio da Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade celebrado entre Brasil e Portugal, em 29 de agosto, pagou a Portugal pela biblioteca como parte da indenização à coroa portuguesa pelas propriedades deixadas no Brasil (CARVALHO, 1994, p. 50).

Nos anos de 1821 e 1823, a biblioteca foi visitada pela inglesa Maria Graham, que deixou registradas suas impressões. Durante sua primeira passagem pelo Rio de Janeiro, informa que a biblioteca possuía 70 mil volumes e que estava aberta ao público todos os dias, com exceção dos feriados, de nove até uma hora da tarde e de quatro horas até o “pôr-do-sol”. Em sua segunda visita, contratada como preceptora

da princesa dona Maria da Glória, conquistou a amizade da imperatriz dona Leopoldina. Em uma ocasião, dirigiu-se à biblioteca para “indagar acerca de alguns livros” e foi “convidada a frequentá-la e usar do que quiser ali”. Revela que recebeu atenções por parte dos bibliotecários, achando “todos extremamente polidos”. A inglesa teve à sua disposição um “gabinete fresco e pequeno”, e prontamente lhe eram atendidos os pedidos de livros. Contava também com caneta, tinta e papel para tomar notas, gentilezas que lhe chamaram a atenção principalmente por ser mulher e estrangeira.

Segundo seu relato, as instalações do antigo hospital dos Carmelitas foram “admiravelmente adaptadas” para a biblioteca. O acervo compunha-se em sua maioria de livros de teologia e direito com destaque para história eclesiástica, principalmente sobre a obra dos jesuítas na região. Destaca também haver livros de história geral e civil, boas edições de títulos clássicos e belos trabalhos de história natural. Fora isso, avalia não haver nada mais “moderno”, tendo em vista que as compras haviam sido raras nos últimos 60 anos. A situação melhora, segundo ela, com a aquisição da biblioteca do Conde da Barca, “na qual há alguns trabalhos modernos dos mais valiosos e uma lindíssima coleção de impressos topográficos de todas as partes do mundo”, como anotou.⁷ Seu interesse principal era por história do Brasil, assunto sobre o qual leu “diligentemente todo fragmento [...] que pudesse encontrar” (CALLCOTT, 1956, p. 185-6, 338-9). Nas suas idas frequentes à biblioteca, Graham tornou-se conhecida do “chefe dos bibliotecários”⁸, “um homem polido e bem informado” que lhe mostrou os livros do conde da Barca.

Maria Graham registrou ainda uma das primeiras medidas oficiais do governo imperial em benefício da

⁶ O diretor na época era o frei Antônio de Arrábida.

⁷ O acervo foi adquirido em 1819 em leilão após a morte de seu proprietário, Antônio de Araújo de Azevedo, 1.º Conde da Barca. Contava com obras raras importantes entre as quais o *Grande Teatro do Universo*, contendo sete mil gravuras sobre a história do mundo, que deve ter sido a obra referida por Maria Graham.

⁸ Trata-se do franciscano frei Antônio de Arrábida, que dirigiu a biblioteca de 1822 a 1831. Foi o primeiro a receber o título de bibliotecário.

biblioteca, contida na Fala do Trono de Dom Pedro I à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa de 3 de maio de 1823. Nela, o imperador anuncia que, entre as medidas tomadas para a promoção dos “estudos públicos”, comprou, “para engrandecimento da Biblioteca Pública, uma grande coleção de livros dos de melhor escolha” (GRAHAM, 1956, p. 267).

O mercenário alemão C. Schlichthorst, que viveu no Rio de Janeiro de 1824 a 1826, narrou que a biblioteca, “uma relíquia do tempo do rei”, era “riquíssima em história eclesiástica” e de obras sobre genealogias da fidalguia portuguesa e espanhola, porém desatualizada por conter poucas obras posteriores a 1805. Reclamou haver só um exemplar da obra de Maximiliano⁹. Observou que todo o material se achava “amontoadado sem ordem nem sistematização”. Quanto à frequência, refere que sua maior parte era formada de padres. Além disso, registrou as comodidades oferecidas aos consulentes: “as carteiras para ler são cômodas” e “há com abundância e à mão tinta e papel” para anotações. Conclui dizendo que era “um prazer passar ali algumas horas” (SCHLICHTHORST, 2000, p. 74-75).

O reverendo inglês Robert Walsh, médico e capelão da colônia britânica, que chegou ao Rio de Janeiro em outubro de 1828, descreveu que entre as “coisas de valor do Príncipe Regente [dom João] estavam seus livros [...] uma vasta e rara coleção”. Alojada no Hospital da Ordem terceira do Carmo, foi organizada por Joaquim Dâmaso e José Viegas, que classificou como “homens incansáveis e cultos”.¹⁰ Informa haver passado grande parte do tempo de sua permanência no Brasil na então Biblioteca Imperial, e que não a considerava inferior a nenhuma outra similar na Europa. Segundo observou, os livros, no total de 60 mil volumes, estavam distribuídos

por diversas salas. Ressaltou a grande coleção de bíblias, “maior, talvez, do que qualquer outra no mundo”. Notou a existência de dois salões: um de uso exclusivo da família real, e o outro, aberto ao público, “que tem livre acesso a todos os livros”, percebendo que “todas as pessoas são não apenas admitidas sem perguntas ou averiguações, como convidadas a entrar e ampliar seus conhecimentos”. Segundo sua descrição, o acesso à biblioteca

[...] é feito através de uma enorme escadaria de pedra, decorada com lindas pinturas do Vaticano. A sala de leitura fica num espaçoso salão em arcos que se estende por todo o prédio e por onde circula constantemente uma brisa através das largas janelas situadas nas extremidades. Nesse local a pessoa senta-se numa mesa comprida, coberta com um pano verde, equipada com escrivaninha e material para escrever, como acontece no Museu Britânico (WALSH, 1985).

Walsh relatou que “diversos bibliotecários espalhados por todo o salão atendem a qualquer pedido que for feito”. Constatou que muitos frequentadores “brasileiros de todas as raças” eram atraídos pela leitura dos periódicos do Rio e das cidades do interior que chegavam todas as manhãs. Na conclusão do seu relato, assegura: “Não conheço nenhum outro local onde seja possível suportar o calor de forma mais agradável, ou proveitosa, do que nesse local fresco, silencioso e distinto”. Questiona, ainda, se “não seria uma grande injustiça condenar os católicos como inimigos do saber”, tendo em vista existir aqui “uma nobre e pública instituição literária [...] fundada por um monarca de convicção católica, e num sistema muito mais liberal e menos restrito do que qualquer outro estabelecimento similar em [seu] país protestante”. E acrescentou que “ela é mantida por uma verba anual de quatro mil quatrocentos e oitenta e cinco mil réis” (WALSH, 1985, p. 83, 86-7).

O historiador francês Ferdinand Denis deixou uma descrição da biblioteca decorrente da visita que fez em 1830. Seu relato se inicia com o propósito de corrigir o erro, segundo ele cometido pelos viajantes anteriores, quanto ao volume do acervo

⁹ O visitante estaria se referindo à obra *Reise nach Brasilien...* de autoria do príncipe Maximiliano, publicada em Frankfurt em 1820 e posteriormente em outros países da Europa. A tradução do texto em língua portuguesa só foi publicada em 1940.

¹⁰ Frei Gregório José Viegas e o padre Joaquim Dâmaso foram os primeiros encarregados da organização da Real Biblioteca no período de 1810 a 1822. Recebiam o título de *prefeitos*.

da biblioteca. Atestou que a coleção era “com certeza” de 45 mil volumes, não de 60 mil como vinha sendo repetido.¹¹ Notou que – além dos espaços que abrigavam as diversas coleções de livros, manuscritos, mapas e estampas, “arrumadas sistematicamente” – havia duas grandes salas: “uma reservada unicamente à família real, outra para uso do público” como já percebera Walsh. Ambas eram decoradas com pinturas de artistas nacionais. Observou que, embora a coleção fosse formada de obras modernas principalmente francesas, a biblioteca possuía curiosidades bibliográficas. Destaca entre elas “um belo exemplar da Bíblia de Mayence, impressa em 1462, que faria inveja às mais ricas livrarias da Europa.”¹² É o primeiro a registrar o maior tesouro bibliográfico da biblioteca. Entre os manuscritos, cita “uma obra magnífica” sobre as flores do Rio de Janeiro.¹³ Salienta a facilidade para a utilização da biblioteca: a entrada é “completamente franca, e independente de qualquer ato prévio”. Prossegue com a descrição: “Uma grande escada de pedra, ornada de pinturas copiadas do Vaticano dá acesso à biblioteca. Por ela chega-se a uma espaçosa sala refrescada por grandes janelas abertas em cada extremidade. Lá se encontra uma grande mesa coberta por um tapete verde, munida abundantemente de todos os objetos necessários para escrever”. Também observa a “diligência com que os empregados cumprem as

suas obrigações”. Um dos grandes atrativos da biblioteca, como também registrado por Walsh, eram os periódicos impressos no Rio de Janeiro e nas províncias, recebidos a cada manhã. Os jornais atraíam diariamente “numerosos leitores de todas as classes e opiniões”. Finaliza com a informação de que a biblioteca acha-se aberta todos os dias, exceto os santificados, desde as nove horas da manhã. E que “não é fácil encontrar lugar em que mais agradavelmente se passem as horas molestas do dia” (DENIS, 1955, v. 1, p. 227-8).

A biblioteca também foi notada entre as instituições criadas para caracterizar o Rio de Janeiro como cidade sede da corte e capital do reino. O paleontólogo francês Alcide Dessalines d’Orbigny, em 1826, assim a registra junto a outras instituições, como colégios, cátedras, jornais, escolas e academias, segundo ele, improvisadas por se constituírem “requintes da civilização” (1976, p. 167). George Gardner, botânico inglês chegado ao Rio em 1836, informa que entre as instituições culturais da cidade havia uma biblioteca “que se diz conter cerca de cem mil volumes” (1975, p. 21).

Kidder oferece em seu relato informações mais detalhadas sobre o funcionamento da biblioteca: “O salão está aberto diariamente de nove da manhã até duas horas da tarde” e acolhe “a todos que queiram compulsar as suas obras”. Entrando-se pela “rua detrás do Carmo”, passa-se primeiro pelo Cemitério da Ordem Terceira dos Carmelitas, do qual oferece uma pequena descrição. A entrada da biblioteca estava decorada com pinturas, conforme já mencionado em relatos anteriores. A sala de leitura continha mesas forradas com pano sobre as quais estavam dispostos materiais para escrever e estantes para acomodar os volumes pesados. Ao que parece, não guardou boa impressão da organização dos livros. Observou que “as prateleiras que se elevam desde o soalho até o teto estão atulhadas de livros de todas as épocas e em todas as línguas”. Mais adiante, acrescentou que não só “a sala principal, mas também algumas alcovas que a circundam de ambos os lados estão atonetadas de livros”. Mas ressaltou as facilidades

¹¹ O acervo exato vindo de Portugal é desconhecido. O padre Luiz Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, nas suas *Memórias para servir a história do reino do Brasil*, ao descrever a vinda e instalação da biblioteca no Rio de Janeiro diz que ela possuía um “copioso número de livros de todas as ciências e artes, impressos nas línguas antigas e modernas, cujo número passa de sessenta mil volumes”. Seu crescimento era constante devido aos envios de livros por Sua Alteza Real e à “zelosa administração de seus bibliotecários, que cada dia adquirem novos livros, e preciosidades literárias de todo o gênero”. Este número passou a ser utilizado como referência do acervo da Biblioteca Nacional. Cf. SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir a história do reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943. v. 1 p. 425-6.

¹² Trata-se da Bíblia Latina, conhecida como a ‘Bíblia de 48 linhas’, impressa em 1462 por Johannes Fust e Peter Schoeffer em Mogúncia, na Alemanha. É a primeira obra na qual aparecem data, lugar e nomes dos impressores, ex-sócios de Gutenberg, no colofão. É o incunábulo mais antigo da Biblioteca Nacional, que possui dois exemplares.

¹³ Tratar-se-ia da *Flora Ffluminensis*.

para utilização dos materiais: que se podia pedir qualquer volume da biblioteca e sentar-se à mesa e ler ou tomar apontamentos à vontade. Como visto pelos viajantes anteriores, constatou a existência de jornais e várias revistas europeias. Entretanto também percebeu a falta de leitores: “Apesar de todos esses atrativos, nunca vimos o salão cheio; ao contrário, frequentemente vimo-lo vazio”. Atenta, finalmente, à falta de aquisições recentes, e que o aumento das coleções devia-se a doações recebidas, como o acervo que pertenceu a José Bonifácio de Andrada¹⁴ (KIDDER, 2001, p. 102-3).

“A Biblioteca é uma honra para a cidade”. Assim declarou o inglês Thomas Ewbank, que visitou o Rio de Janeiro em 1845. Anotou que possuía cerca de 80 mil volumes e que “cada pessoa decentemente vestida, branca ou preta, tem acesso livre à consulta e se quiser fazer extratos, ser-lhe-ão fornecidos penas, tinta e papel”. Mas notou a falta de leitores e traçou um perfil curioso dos poucos frequentadores vistos: “Raramente encontrei ali mais de meia dúzia de consulentes, sendo a maioria de jovens de cor” (EWBANK, 1973, v. 2, p. 415).

As instalações da Ordem Terceira do Carmo já não comportavam a biblioteca, que ali se achava por quase quatro décadas. Como percebido por alguns viajantes, os salões estavam atulhados de livros. Em 1858, o governo adquiriu um edifício situado no Largo da Lapa, hoje Rua do Passeio, para poder melhor acomodar as coleções.¹⁵ Após as adaptações necessárias e a mudança, a Biblioteca foi aberta ao público nas novas instalações em 1858. O fato foi noticiado por Kidder e J. C. Fletcher com o seguinte registro: “O governo [...] acaba de adquirir a confortável casa de residência do Sr. Viana, otimamente situada nas proximidades do Passeio Público, onde as acomodações serão sem dúvida superiores às que até então tem tido” (1941, v. 1, p. 298). Três viajantes visitaram a biblioteca em suas novas instalações.

¹⁴ Trata-se da coleção de cerca de 5 mil volumes doada em 1838 pelos herdeiros de José Bonifácio de Andrada e Silva.

¹⁵ Trata-se do prédio onde hoje se encontra a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O alemão Oscar Canstatt, que viera ao Brasil em 1868 para trabalhar na Comissão Imperial de Agricultura e foi diretor de uma colônia alemã no sul do País, informa que a biblioteca continha um acervo de 120 mil volumes distribuídos em 12 salas. Eram na maioria obras de teologia, o que se explica, no seu entender, “terem sido os primeiros elementos dessa coleção de livros as bibliotecas de alguns mosteiros extintos, e sua direção ter sido quase sempre confiada a mãos clericais”. “Novas aquisições têm sido muito poucas, por ser muito exígua a soma anual que o governo destina para esse fim” complementa. Diz que foi formada à custa do Estado “para uso do público culto” e que era a única biblioteca existente no Brasil (2002, p. 212). Ao comentar o pequeno número de eruditos do Brasil, Canstatt avaliou que faltam ainda “muitos dos acessórios necessários aos seus estudos; as coleções e bibliotecas, de que existem diversas no Rio, são no que se refere à seleção de livros, muito modestas” (CANSTATI, 2002, p. 316).

O naturalista suíço Louis Agassiz e sua esposa, Elizabeth Cary Agassiz, que estiveram no Brasil entre 1865 e 1866, levaram boa impressão da biblioteca: “Não pode ser esquecida, quando se enumeram os estabelecimentos de instrução do Brasil, a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro”. Ao contrário de Canstatt, consideraram existir no acervo “excelentes livros em todos os ramos do saber”, e elogiaram a direção do estabelecimento exercida “dentro de um espírito liberal, não entravado por preconceito religioso ou político”¹⁶ (AGASSIZ, 2000, p. 458).

O alemão Carl von Koseritz, que morou por 32 anos no Sul do Brasil e exerceu atividades jornalísticas, deixou três relatos sobre a biblioteca que visitou em 1883. Neles expressa sua admiração pelo estabelecimento “com que o Brasil se aproxima dos maiores países da Europa”. “Fiz hoje uma visita à Biblioteca e estou ainda sob a impressão que ela me causou, declarou no primeiro artigo”. Recebido “com as maiores gentilezas” por membros da direção da casa, e acompanhado do conselheiro

¹⁶ O diretor no período da visita era frei Camillo de Monserrat.

Saldanha da Gama, do chefe de seção, Teixeira de Melo, e do 1.º Oficial, Fernandes de Oliveira¹⁷, percorreu com atenção os diversos setores da biblioteca, que passa a descrever com detalhes. Segundo observou, o edifício, composto de quatro andares, era grande e espaçoso, mas já se mostrava insuficiente para acomodar “a abundância de livros” cujo acervo chegava a “cerca de 150 mil volumes”. Enfatiza “as maiores raridades”, pois “para ter um golpe de vista geral sobre tudo seriam necessários vários meses”. Entre os livros alemães lhe chamaram a atenção as obras completas de Frederico, o Grande, em edição de luxo em língua francesa com 31 volumes. Considerou a seção de história “absolutamente completa no que refere ao Brasil e a Portugal”, composta de “incríveis preciosidades, inclusive as mais velhas cartas marítimas e mapas”. A coleção de incunábulo, que avaliou em centenas, considerou “opulenta”. Também notou os “milhares” de manuscritos entre “papiros romanos, gregos e egípcios” e cartas jesuíticas. “Mas tudo isto desaparece diante das salas de raridades excepcionais”, ressaltou. E passa a descrever a Bíblia de Mogúncia, comentando sua raridade e o fato de a biblioteca possuir dois exemplares. Seu espanto aumenta quando se refere à coleção de manuscritos (códices) da Bíblia, com destaque para um exemplar do século XII. Salienta ainda o exemplar da primeira edição dos *Lusíadas*, de Camões, além de rica coleção de moedas (KOSERITZ, 1980, p. 140-43).

No segundo relato descreve a coleção de gravuras, que considerou incomparável. Para tanto, precisou subir quatro lances de escadas para chegar à sala onde estavam guardados “os mais preciosos tesouros do estabelecimento”, ciceroneado pelo chefe da seção, José Zephyrino de Menezes Brum. Disse que o material se encontrava até pouco tempo entregue “à umidade e às traças”. Só na administração de Ramiz Galvão é que foi adequadamente examinado, e se

fez a descoberta de uma coleção “verdadeiramente inestimável”. Destacou as gravuras de Albrecht Dürer e de outros mestres, assim como as do *Grande Teatro do Mundo*, que integravam o acervo do Conde da Barca, incorporado à biblioteca. Entre a coleção de desenhos registrou os trabalhos da escola italiana, representados por Rafael, Guercino, Pesarosa e Reni. E se pergunta: “Como é que tudo isto veio parar no Brasil?” (KOSERITZ, 1980, p. 159-161).

O terceiro relato é voltado para a seção de manuscritos, a qual visitou acompanhado do chefe do setor, Alfredo do Valle Cabral. Destacou raridades como mapas, desenhos botânicos de Arruda Câmara e os originais da *Flora Fluminensis*, que sempre chamaram a atenção dos visitantes. Examinou também manuscritos jesuíticos, entre os quais trabalhos originais de José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, além de outros itens de interesse para a história do Brasil e de Portugal. No final da visita foi presenteado pelo diretor com uma coleção dos *Anais da Biblioteca Nacional*, que avaliou conter “coisas de infinito interesse científico (KOSERITZ, 1980, p. 236-37).

A visita de Koseritz pode ser considerada uma das mais especiais de todos os viajantes. Diferentemente de muitos que emitiam opiniões apressadas, muitas vezes dando a impressão de estarem repetindo relatos anteriores, foi um observador atento e interessado que demonstrou conhecer o que estava vendo. Trata-se também de um dos primeiros trabalhos de divulgação da biblioteca, uma vez que os relatos, escritos em forma de reportagens jornalísticas, foram publicados primeiramente no jornal *Koseritz Deutsche Zeitung* de Porto Alegre.

AS BIBLIOTECAS DAS ORDENS RELIGIOSAS

As ordens religiosas se estabeleceram no Brasil logo no início da colonização, na segunda metade do século XVI. Entre elas estão a Companhia de Jesus; a Ordem dos Frades Menores, também conhecidos por Franciscanos; a Ordem de São Bento; a Ordem

¹⁷ João de Saldanha da Gama foi diretor no período de 1882 a 1889; José Alexandre Teixeira de Mello era chefe da Seção de Impressos e Cartas Geográficas e dirigiu posteriormente a biblioteca de 1895 a 1900.

Carmelita e posteriormente a Congregação do Oratório. Estavam presentes nas principais cidades das províncias e pode-se dizer que todas formaram bibliotecas em seus conventos. Eram necessárias para as atividades de catequese, ensino e formação. Tornaram-se as primeiras bibliotecas do país. Muitas foram visitadas por cientistas para pesquisas, como afirmou Louis-François Tollenare, comerciante francês de algodão que viveu em Pernambuco e na Bahia de 1816 a 1818, referindo-se a naturalistas alemães que estiveram no Brasil em 1817 (TOLLENARE, 1978, p. 236). Por sua vez, Denis, reportando-se às bibliotecas conventuais do Rio de Janeiro, considerou que “muitas [...] são dignas de toda atenção dos sábios” (DENIS, 1955, p. 228).

A primeira ordem a se instalar foi a Companhia de Jesus, cujos membros, os jesuítas, chegaram com o primeiro governador-geral na Bahia em 1549, sob o comando do padre Manoel da Nóbrega. Os padres trouxeram consigo os primeiros livros que tornaram-se a base do que viria a ser a grande biblioteca do Colégio da Bahia, que chegou a possuir 15 mil volumes na época do seu fechamento em 1759. Outras importantes bibliotecas estavam situadas nos colégios da Companhia nas principais províncias: Pará, Maranhão, Recife e Rio de Janeiro. Com a expulsão da ordem do país, seus bens, inclusive os livros, foram confiscados, tomando destinos diversos e até hoje pouco conhecidos¹⁸. Os viajantes do século XIX não viram essas bibliotecas, mas alguns mencionaram sua existência e lamentaram seu desaparecimento.

Thomas Lindley, primeiro inglês a escrever sobre o Brasil no século XIX, faz referência à biblioteca jesuítica da Bahia, onde chegou em 1802. Segundo ele, nela deveriam ter sido depositados “relatórios secretos” com “grande acervo de informações” sobre o Brasil, coletado pelos padres durante o

tempo em que aqui estiveram. No entanto, avaliou que todos os materiais estariam perdidos, “porque jazem indiscriminadamente sepultados entre um sem-número de outros manuscritos” na sala que abrigava a biblioteca. Nela os documentos “têm permanecido, nestes últimos quarenta anos, inteiramente relegados ao abandono, encontrando-se, agora, em estado de rápida deterioração, a desfazer-se em pó”, registrou. Também lamentou a impossibilidade de acesso ao acervo por qualquer pessoa, principalmente os estrangeiros. Mais adiante, ao descrever as principais construções religiosas da cidade da Bahia, informa que o Colégio jesuítico era o mais destacado. Sua “valiosa biblioteca perdeu-se quase totalmente para a humanidade, achando-se os livros e manuscritos amontoados num quarto abandonado, quase em estado de ruína” (LINDLEY, 1969, p. 18-19).

De passagem pela Bahia em 1817, o príncipe alemão Maximiliano zu Wied-Neuwied também lamentou o desaparecimento da antiga livraria dos jesuítas. Durante a visita que fez à Biblioteca Pública da cidade, então instalada no primitivo salão da biblioteca do colégio, narrou: “Grande perda resultou de não ter tido bastante cuidado com os papéis dessa Ordem Religiosa; foram na sua maior parte dispersados” (1940, p. 448).

Outro testemunho sobre a biblioteca jesuítica é devido a Spix e Martius, que registraram que nela estava colocado o resto dos objetos da Ordem (1916, p. 56). Posteriormente, Ferdinand Denis retoma o assunto, demonstrando ter conhecimento dos comentários de Lindley. E pergunta “onde pararam hoje estas riquezas, e se alguns conventos as recolheram”, pois verificou que a Biblioteca Pública da Bahia possuía um “número mui pequeno de antigas obras portuguesas, e alguns manuscritos, restos incompletos de uma coleção mais considerável”, indicação, segundo ele, de que não poderiam ser os livros da biblioteca do Colégio (SPIX & MARTIUS, 1955, v. 2, p. 60-1).

A biblioteca do Mosteiro de São Bento de Rio de Janeiro foi citada por Walsh. De acordo com sua informação, era imensa e possuía acervo de 6 mil

¹⁸ Sobre o assunto ver: SILVA, Luiz Antônio Gonçalves da. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 2, p. 219-232, maio/ago. 2008. Também disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v13n2/a14v13n2.pdf>.

volumes “muito valiosos”. Destaca que “é aberta ao público diariamente das nove horas da manhã até o anoitecer, com um intervalo para o almoço de uma às duas da tarde”. Diz ter sido seu frequentador durante o tempo em que permaneceu no Rio e que os frades o recebiam “com muita delicadeza”, permitindo-lhe usar os livros de que necessitava. Segundo ressalta, ao lado da Biblioteca Imperial, era uma das “duas bibliotecas publicas” do Rio de Janeiro (WALSH, 1985, v. 1, p. 149, 186).

Os beneditinos, ao que parece, tinham como prática abrir sua biblioteca ao público, conforme depoimentos de outros viajantes. Luccock, ao descrever sua visita ao mesmo mosteiro, diz ter passado por uma sala que deveria ser a biblioteca, cuja porta ostentava em cima a seguinte divisa: “A sabedoria construiu uma casa para si”. Registrou a prática de permitir o acesso ao público e também disse que, para sua surpresa, ter nela encontrado obras de autores gregos. Para ele, os conventos tinham se tornado menos escrupulosos por abrir suas bibliotecas ao público, contribuindo, assim, para a educação geral (LUCCOCK, 1942, p. 45, 380). Kidder e Fletcher confirmam o acervo de seis mil volumes e destacam sua instalação em local “de fácil acesso” (1941, v. 1, p. 133). Denis também a considerou uma biblioteca de caráter público, afirmando, contudo, não possuir maiores informações a seu respeito (DENIS, 1955, v.1, p. 128).

O acesso à biblioteca do mosteiro, no entanto, não devia estar aberto às mulheres, a se julgar pelo depoimento, quase em tom de queixa, de Maria Graham. Ao descrever seus passeios pelo Rio, atesta: “Do Arsenal subi o morro que o domina imediatamente, onde está a igreja de São Bento; aí, dizem, há uma boa biblioteca, mas não acessível às mulheres” (CALLCOTT, 1956, p. 338).

A biblioteca beneditina do Rio de Janeiro também foi visitada por Thomas Ewbank. Conforme seu relato, estava situada em uma sala grande e confortável, no andar mais alto do edifício, e de suas janelas se descortinava uma paisagem deslumbrante. Conta que possuía 14 mil volumes, mas que este número estaria sendo reduzido à metade no período de

conturbações sociais e políticas após a Independência do Brasil. Muitos livros teriam sido transferidos para a Biblioteca Pública [Biblioteca Nacional], “lugar mais adequado à sua preservação e ao acesso do público”. Notou também que parte da coleção não estava bem conservada. Muitos livros traziam “fortes marcas de bibliografia” que consumiram páginas inteiras, e estavam reduzidos a “pedaços de papel informes” (EWBANK, 1973, p. 128-9).

Tollenare assinalou a biblioteca do mosteiro de São Bento de Olinda, que conheceu em 1817, e a considerou “*assez belle*” (1978, p. 131). Referindo-se à mesma biblioteca, Denis frisou que, pela sua importância, poderia suprir a falta de bibliotecas públicas na cidade (1955, v. 2, p. 106).

A biblioteca do Convento Franciscano de Santo Antonio do Rio de Janeiro é referida por Luccock, descrevendo-a como um cômodo grande que continha muitos livros. Foram-lhe mostrados volumes de sermões ingleses e um exemplar da Bíblia (1942, p. 46). Por volta de 1850, o acervo era de três mil volumes, segundo Walsh. Era constituído em sua maioria por livros religiosos, com obras dos primeiros padres da Igreja, como São Crisóstomo, São Jerônimo e outros. Conta que não estava aberta ao público, fato que não considerou grave devido à especificidade da coleção. A ele, os frades deram a entender que poderia frequentá-la (LUCCOCK, 1985, v. 1, p. 150).

Na segunda metade do século XIX, as ordens religiosas estavam em declínio. A crise, iniciada com as medidas tomadas pelo marquês de Pombal, foi agravada com o fechamento dos noviciados determinado por decreto do governo imperial de 1855. Muitos conventos se esvaziaram devido à escassez de frades, e lentamente entraram em ruína. Por falta de conservação, os bens dos religiosos começaram a se deteriorar, inclusive as bibliotecas.

Um exemplo desta situação já pode ser encontrado no relato da ida de Kidder ao Convento de Santo Antonio da Vila de Macacu, no Rio de Janeiro, em 1837. Assim deixou assinalado: “Era um grande edifício de imponente aparência externa

[...] Na ocasião em que o visitamos, estava caindo aos pedaços”. Depois de passar por longa área de dormitórios vazios, entrou em um recinto onde havia vários nichos nas paredes. Em um deles descobriu um “monte de velhos livros corroídos de traça, ao lado de algumas pilhas de manuscritos”. Foi informado pelos frades que os papéis amontoados constituíam toda a biblioteca do convento (KIDDER, 2001, p. 162).

A Biblioteca do Convento de São Francisco de Salvador, Bahia, é mencionada de forma rápida por Maximiliano. Atesta que, como em vários outros conventos, os dos franciscanos possuem “manuscritos antigos e curiosos referentes ao Brasil” (1940, p. 451).

Sobre bibliotecas de outras ordens religiosas, há o registro de Spix e Martius acerca da localizada no Convento das Carmelitas da cidade de São Paulo. Refere ser a única da cidade, além da pertencente ao “venerando bispo” (1938, v. 1, p. 208).

BIBLIOTECAS PARTICULARES

Bibliotecas particulares foram notadas por vários viajantes. Pertenciam principalmente a membros do clero, como também a profissionais liberais que por força de seus ofícios dependiam de livros. Tollenare, por exemplo, observou em Pernambuco que “vários particulares ligados à administração vão formando [bibliotecas] modernas” (1978, p. 94). Mais tarde, Ferdinand Denis, passando em Pernambuco, assegurou que “muitos habitantes para seu uso compõem livrarias particulares, em que domina a literatura francesa [...]” (1955, v.1, p. 107).

Quando o visitante chegava a uma localidade, entrava logo em contato com as pessoas de destaque da terra. Procurava as autoridades civis e religiosas, comerciantes e fazendeiros abastados. Era uma maneira de buscar apoio para seus objetivos. Na falta de hotel ou pensão para hospedagem, o que era muito comum até em cidades como o Rio de Janeiro e Salvador, muitas vezes algum habitante local abria

sua casa e oferecia pouso. Era um gesto que dava prestígio ao anfitrião, já que estava abrigando um hóspede ilustre. Nessas ocasiões, diversos viajantes registraram a existência de bibliotecas nas casas em que estiveram.

Assim aconteceu com o naturalista inglês John Mawe, primeiro viajante estrangeiro a chegar a Minas Gerais entre 1809 e 1810. Ao aportar em Tijuco,¹⁹ onde chegou tarde da noite, hospedou-se na casa do senhor de nome Câmara. O anfitrião “teve a bondade” de lhe “dar como quarto a sua biblioteca”. Informa que era “composta de numerosas e escolhidas obras, sobre ciências, principalmente de autores ingleses” (MAWE, 1944, p. 121).

Dentre os particulares que possuíam livros, destacavam-se os eclesiásticos como padres e bispos. Figuravam entre as pessoas mais cultas da época. Tanto nas grandes quanto pequenas povoações do interior, exerciam forte influência no meio social. Além do poder religioso, a Igreja na época fazia registro civil, enterrava os mortos, lavrava escrituras de imóveis e outras atividades que depois ficaram sob a responsabilidade do Estado.

Thomas Lindley conheceu na Bahia a biblioteca do padre Francisco Agostinho Gomes²⁰. Segundo sua descrição, “continha obras muito completas nos [idiomas francês e inglês]”. Constatou que em francês havia a “*Encyclopédia*, de d’Alembert, Buffon e Lavoisier” e obras em inglês de história natural, economia política, viagens e trabalhos filosóficos (LINDLEY, 1969, p. 70-1).

Em 1819, Saint-Hilaire esteve em Santa Luzia, Goiás, atual Luziânia, situada no entorno de Brasília. Celebravam-se as festas de Pentecostes com as – até hoje famosas – Cavalhadas. Foi recebido

¹⁹ O antigo arraial do Tijuco, centro da mineração de diamantes, foi elevado à categoria de vila e depois à cidade com o nome de Diamantina.

²⁰ Padre Francisco Agostinho Gomes, assim chamado apesar de não ter sido ordenado, foi um dos homens mais cultos da sua época. Após sua morte, sua biblioteca foi incorporada à Biblioteca Pública da Bahia.

cordialmente pelo pároco do lugar, padre João Teixeira Álvares, que, por estar muito ocupado com as festividades, não lhe deu muita atenção. Terminada a festa, Saint-Hilaire decidiu permanecer mais uns dias no local para desfrutar da companhia do padre, que considerou muito instruído: “Entendia latim, francês, italiano e espanhol”. Era atualizado, pois “conhecia a maioria dos nossos bons autores do século de Luiz XIV”. Informa que o padre “possuía uma biblioteca seleta de várias centenas de volumes, o que, nesse país, era uma grande raridade”, (SAINT-HILAIRE, 1937, v. 2, p. 24-5). Principalmente num rincão perdido do sertão, acrescenta-se.

Spix e Martius mencionaram a biblioteca do bispo de São Paulo²¹, que consideraram a única da cidade além do Convento das Carmelitas. Segundo eles, o prelado, embora muito idoso, ainda conservava grande interesse pelos assuntos científicos, e, com muito entusiasmo, mostrou-lhes a sua livraria. “Ela contém bom número de obras históricas, canônicas, velhos clássicos, e é um importante meio de instrução para os jovens seminaristas [...]” (SPIX & MARTIUS, 1938, v. 1, p. 208).

Robert Walsh conheceu a biblioteca do bispo do Rio de Janeiro, dom José Caetano da Silva Coutinho²², onde tomou café a convite do prelado, cortesia que costumava dispensar aos visitantes estrangeiros. “A biblioteca fica num aposento espaçoso e aprazível; contém cerca de quatro mil obras em várias línguas, sendo uma grande parte delas de livros franceses e ingleses”, descreveu. O bispo mostrou-lhe um exemplar de *A História do Brasil*, de Southey²³, dizendo que era “uma obra modelo, muito apreciada por ser

bem fundamentada e narrada com imparcialidade” (WALSH, 1985, v. 1, p. 160-1).

Gardner, em suas andanças pelo interior do Brasil durante os anos de 1836 a 1841, registra a visita que fez ao padre Marcos de Araújo Costa na fazenda de Boa Esperança, Piauí²⁴. O sacerdote era um erudito e possuidor de vasta coleção de clássicos e filósofos, de botânica e história natural. Entre os livros, encontrou obras de Lineu²⁵, de Brotero²⁶, e uma de Vandelli²⁷, muito rara, sobre as plantas de Portugal e do Brasil. Esta última lhe foi oferecida de presente. O padre mantinha em sua casa e por própria custa uma escola que atendia a 20 meninos com aulas de latim, filosofia e matemática (GARDNER, 1975, p. 117).

De passagem pela Vila de Montes Claros de Formigas, atual cidade de Montes Claros, Minas Gerais, Gardner procurou o vigário local, padre Antonio Gonçalves Chaves, para o qual trazia cartas de recomendações. Diz haver recebido muitas atenções do sacerdote, que lhe “facultou prontamente o uso da sua biblioteca, a qual, embora pequena, continha boa seleção de obras em latim, português e francês” (GARDNER, 1975, p. 195).

²⁴ Padre Marcos de Araújo Costa, pioneiro da educação no Piauí, foi o proprietário da fazenda Boa Esperança, onde instalou por volta de 1820 um colégio que atraiu alunos de várias localidades. O local deu origem a uma povoação com o nome de vila da Boa Esperança, depois promovida a município, hoje com o nome Padre Marcos em homenagem ao seu fundador.

²⁵ Carl von Linné, em português Carlos Lineu (1707-1778). Professor, médico, botânico e biólogo e naturalista sueco. Criador da sistemática de classificação para plantas e animais, considerado ‘Pai da taxonomia moderna’. Autor de *Genera plantarum* (1737), *Species plantarum* (1753), *Flora suecica* (1745) e *Hortus uppsaliensis* (1748), entre outros.

²⁶ Félix da Silva Avelar Brotero (1744-1828). Botânico português, é autor, dentre outras obras, do *Compendio de Botânica* (1788), o primeiro livro de texto do gênero escrito e publicado em português, *Princípios de Agricultura Philosophica* (1793) e *Flora Lusitanica* (1804).

²⁷ Domingos Vandelli (1735-1816). Médico e naturalista italiano que viveu parte de sua vida em Portugal, onde faleceu depois de exercer importantes atividades científicas. É autor de grande número de obras no campo da história natural e da botânica. A obra citada é provavelmente a *Florae Lusitanae et Brasiliensis Specimen. Et Epistolae ab eruditissimis viris Carolo a Linné, António de Haen ad Dom. Vandelli scriptae*. Conimbricæ, ex Typ. Academicæ Regiæ, 1788.

²¹ O bispo na época da visita era dom Mateus de Abreu Pereira, 5.º bispo de São Paulo no período de 1795 a 1824. Após sua morte, a biblioteca foi doada à Faculdade de Direito de São Paulo.

²² Dom José Caetano da Silva Coutinho (1827-1832), 8.º Bispo da diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, de 1806 a 1838. Corouo dom Pedro I, exerceu diversos cargos políticos, tendo sido o primeiro presidente da Assembleia Constituinte.

²³ Trata-se da *History of Brasil* do inglês Robert Southey, publicada em Londres em três volumes datados de 1810-19. Uma tradução para o português foi feita por Luís Joaquim de Oliveira Castro. Foi editada no Rio de Janeiro em 1862, após a morte de dom José Caetano da Silva Coutinho, o que leva a crer que o bispo possuía a edição inglesa.

Em viagem pelo interior de São Paulo, Kidder ficou hospedado na casa de “um sacerdote católico romano”. Deixou registrado “que a hospitalidade recebida sob seu teto foi a melhor que poderia desejar um estrangeiro em terra estranha”. Depois de alojado e alimentado, o padre, que chegou depois acompanhado do ex-regente Feijó, mostrou sua biblioteca “por sinal que bem numerosa”. Sua obra predileta era a *Bíblia* francesa de Calmet²⁸ em vinte e seis volumes (2001, p. 262).

Em Mariana, Minas Gerais, o cônsul inglês Richard Burton conheceu a biblioteca pertencente ao bispo dom Antônio Ferreira Viçoso.²⁹ Segundo sua descrição, o venerando sacerdote, de 80 anos, “tinha o olhar brilhante e inteligente, e o rosto calmo e intelectual”. Foi recebido “muito amavelmente”, beijou o anel episcopal e com muita paciência o prelado levou-o a conhecer sua biblioteca. Era composta de obras de teologia em sua maior parte, e enfeitada com fantasiosos medalhões e retratos de filósofos clássicos (2001, p. 395).

Além dos padres, bacharéis, médicos e advogados, outros letrados possuíam bibliotecas. Os profissionais liberais tinham geralmente pequenos acervos com tratados de medicina ou direito, como observou Elizabeth Agassiz (2000, p. 438). Maximiliano conheceu na Bahia “alguns sábios [...] que se dedicam ao estudo das ciências”. Entre eles, citou Antonio Gomes, correspondente do conde de Hoffmannsegg³⁰, de Berlim, que era possuidor de “uma bela biblioteca” e que lhe forneceu importantes informações (1940, p. 451).

Maria Graham, em sua segunda visita ao Brasil, mencionou ter conhecido bibliotecas em residências de alguns brasileiros. A primeira que viu foi no escritório do conselheiro Luís José de Carvalho e Melo, no Rio de Janeiro. “Como é juiz, naturalmente a maior parte é de direito, [...] mas também há história e literatura geral, principalmente francesa, e alguns livros ingleses”, relatou (CALLCOTT, 1956, p. 359-60). Conheceu, posteriormente, a biblioteca de José Bonifácio Andrada e Silva, a quem visitou em 1823, reparando que “a biblioteca estava bem provida de livros em todas as línguas”. Assinalou que a coleção era particularmente extensa nas áreas de química e de mineração e rica em autores suecos e alemães. “Mas seu encanto é a literatura clássica”, atestou (CALLCOTT, 1956, p. 341).

Kidder conheceu na cidade de Itu, São Paulo, a biblioteca pertencente a um médico, um senhor identificado por doutor E., “Homem de mais ou menos quarenta e cinco anos, além de médico insigne era também botânico e filólogo notável.” [...] “Sua biblioteca era a maior e a mais valiosa de quantas vimos no Brasil”. Além da biblioteca, o doutor E. possuía também um completo laboratório de química (2001, p. 229-30)³¹.

Em 1837, Gardner, em visita ao Jardim Botânico de Olinda, Pernambuco, dá notícia da biblioteca do doutor Serpa³², composta de obras em francês sobre botânica, história natural, agricultura e medicina. Lá disse ter visto pela primeira vez a *Flora Fluminensis*. (1975, p. 21).

Na cidade de Oeiras, Piauí, Gardner conheceu o doutor Casimiro de Moraes Sarmiento, jovem advogado com o qual estabeleceu amizade. Diz que, além de educado, “era possuidor de superior

²⁸ Tratar-se-ia do historiador e exegeta francês, o beneditino Augustin Calmet (1672-1757), autor, dentre outras obras, do *Dictionnaire historique, critique, chronologique, géographique et littéral de la Bible*, que teve várias edições e foi amplamente utilizado no século XIX para estudos bíblicos.

²⁹ Dom Antônio Vicente Ferreira Viçoso (Peniche, Portugal, 1787 – Mariana, 1875), foi o 8.º bispo da Arquidiocese de Mariana, no período de 1844 a 1875. Chegou ao Brasil em 1819, tendo iniciado seus trabalhos no Colégio do Caraça (MG).

³⁰ O conde Hoffmannsegg foi um botânico alemão que colaborou na organização do Real Gabinete de História Natural de Lisboa. Com autorização do governo português, enviou um auxiliar para recolher espécies no Brasil.

³¹ Rubens Borba de Moraes identifica o doutor E. como doutor Engler, “que deixou grande fama de médico”. Cf. KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil : Rio de Janeiro e Província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. nota 3.

³² Joaquim Jerônimo Serpa (1773-1842). Cirurgião recifense, foi diretor do Jardim Botânico de Olinda de 1835 a 1842 e ministrava os cursos de botânica e agricultura.

inteligência”. Possuía “uma bela biblioteca de obras em português, francês e inglês” trazidas de Pernambuco, onde fizera seus estudos, as quais, generosamente, permitira-lhe manusear à vontade (1975, p. 131).

Biblioteca localizada em local improvável foi também registrada por viajantes. O naturalista inglês Henry Walter Bates, durante viagem ao Amazonas de 1848 a 1852, narra que conheceu na localidade de Baião, às margens do rio Tocantins no estado do Pará, um jovem mameluco chamado Soares, escrivão do lugar. Foi levado à sua casa para conhecer sua biblioteca. Bates ficou “surpreso de aí encontrar uma coleção dos melhores clássicos latinos – Virgílio, Terêncio, as cartas de Cícero e Tito Lívio”. Lamentou não falar naquele momento português suficiente “para poder conversar desembaraçadamente com o Sr. Soares ou perceber o uso que ele fazia desses livros”. Anotou que foi “certamente coisa inesperada encontrar uma biblioteca de clássicos numa cabana de taipa e coberta de barro, coberta de folhas de palmeiras das margens do Tocantins” (BATES, 1944, v.1, p. 161).

A existência de bibliotecas particulares, conforme os casos relatados, parece ser exceção no mundo onde imperavam a falta de livros e o desinteresse por leitura, conforme se pode observar pelos depoimentos seguintes.

Elizabeth Agassiz registrou a falta de livros nas casas brasileiras: [...] “não se vêem livros espalhados pela casa como objetos de uso constante; não fazem parte das coisas de necessidade corrente” (2000, p. 135). Citou, como exceção, o caso de uma biblioteca encontrada no quarto de uma senhora cuja família lhe dera hospitalidade. Eram obras de história e literatura, em francês e alemão; foi o único exemplo achado durante um ano de sua permanência no Brasil (2000, p. 437-8).

Gardner deixou também uma avaliação do desinteresse pela leitura e a qualidades das bibliotecas

vistas nos locais que visitou: “[...] aqui como alhures pouca gente encontrei com gosto da leitura e os poucos livros que possuem são pequenos livros de reza. Mesmo as bibliotecas dos padres se limitam a umas poucas obras religiosas e clássicas, entre as quais raro se acha uma bíblia, que é representada por uma abreviação.” (1975, p. 168-9).

Tendo-se constatado a existência de bibliotecas em mãos de particulares, pergunta-se qual seria o destino delas após a morte de seus proprietários ou por algum outro motivo? Leilões de livros e bibliotecas parecem ter sido prática corrente. Segundo relatou Kidder, “os europeus que regressam às suas pátrias ou os brasileiros que vão para o estrangeiro em geral dispõem de suas bibliotecas ao correr do martelo” (2001, p. 103).

BIBLIOTECAS PÚBLICAS

No decorrer do século XIX, várias iniciativas levaram à criação de bibliotecas públicas nas capitais das províncias do país. A primeira foi em 1811, na Bahia, durante a administração do governador conde dos Arcos. A ideia foi de Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, rico senhor de engenho da região, que redigiu um *plano* para seu estabelecimento³³. Seguiram-se a Biblioteca Pública do Maranhão em 1829, a de Sergipe, em 1848, e a de Pernambuco, em 1852.

A Biblioteca Pública da Bahia foi bastante mencionada pelos viajantes. A cidade de Salvador, depois do Rio de Janeiro, era o local mais visitado do país. Em 1817, Tollenare a considerou “uma instituição muito notável”, fruto da “ativa administração do conde dos Arcos”. Sua coleção era pequena, com “uns quatro mil volumes, mas todos de obras bem escolhidas”, conforme avaliou. Viu-se lisonjeado como francês, por ter lá encontrado pelo menos três mil volumes em sua língua, desde títulos clássicos até obras recentes. Ressaltou os

³³ Sobre o tema ver: MORAES, Rubens Borba de. A fundação da Biblioteca Pública da Bahia. In: _____. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006. p. 152-170.

recursos financeiros oriundos de loteria³⁴ que eram empregados para aquisição de livros e censurou a prática de alguns diretores, que no seu entender não estavam utilizando bem a verba ao comprar “péssimos livros de carregação, romances e obras de ocasião”. A coleção da biblioteca deveria incluir manuscritos. Lá informou ter visto “uma bela carta manuscrita das capitanias de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Piauí e Pará”. Possuía também jornais e gazetas francesas e inglesas, embora “atrasadas e incompletas”. Viu dispostos sobre as mesas os três grandes jornais portugueses impressos em Londres: *O Investigador*³⁵, *O Português*³⁶ e *o Correio Brasiliense*.³⁷ (TOLLENARE, 1978, p. 239).

Na sua visita à Bahia, Maximiliano informa que a biblioteca estava instalada no primitivo salão da livraria do Colégio da Companhia de Jesus. Segundo seu registro, possuía 7 mil volumes e havia sido “muito enriquecida pelo conde dos Arcos”. Considerou-a atualizada por possuir “várias obras novas sobre todos os ramos do conhecimento”. Elogiou as iniciativas da administração do governador, citando a instituição da loteria em benefício da biblioteca. Segundo seu entendimento, a instituição “se tornará de grande valia no difundir luzes nessa porção do país” (MAXIMILIANO, 1940, p. 448, 451).

Kidder entendeu a fundação da biblioteca como um dos sinais de progresso ocorrido na Bahia, ao lado da instalação do primeiro prelo e da publicação do jornal *Idade d’Ouro*³⁸, “em decorrência da abertura dos portos às nações estrangeiras pelo príncipe regente dom João, quando passou por Salvador em 1808” (1980, p. 43). Percorrendo os pontos

importantes da cidade, Kidder esteve na biblioteca. Encontrava-se instalada em uma das salas da catedral³⁹, “de onde se avista soberbo panorama do porto”⁴⁰. Disse ser seu regulamento quase o mesmo da Biblioteca do Rio de Janeiro e que possuía cerca de dez mil volumes, a maioria em francês, além de manuscritos valiosos (1980, p. 27).

De passagem pela Bahia em 1836, Alcide d’Orbigny registra a biblioteca entre as instituições de destaque da cidade, como também uma fábrica de vidro, algumas impressoras e um seminário (1976, p. 105). O médico alemão Robert Avé-Lallement oferece dados estatísticos sobre seu acervo e frequência. Segundo anotou, “A Biblioteca Pública contava 16.654 volumes e foi visitada por 2.902 pessoas”. Entretanto, reparou que muitos visitantes apareciam só “para ver as coleções e não para utilizarem-se delas” (ORBIGNY, 1980, p. 55).

Spix e Martius (1916, p. 56) também elogiaram a iniciativa do conde dos Arcos, “um dos mais notáveis homens de Estado, cujos entendimentos liberais e literários foram sempre com gratidão reconhecidos na Bahia”, e destacaram os resultados obtidos com os recursos oriundos da loteria, que proporcionaram a organização de “uma valiosa coleção de impressos novos sobre todas as profissões, de modo a se possuir hoje para mais de doze mil volumes”.

Em Minas Gerais, Walsh, que viajou do Rio de Janeiro para Minas em 1828, registrou a biblioteca pública que encontrou em São João Del Rey⁴¹: “Ela se acha instalada numa sala da Câmara, ficando aberta das nove da manhã à uma da tarde. O bibliotecário é um padre mulato, de aparência bastante curiosa – baixo, gordo, com um vasto chapéu colocado

³⁴ Refere-se à emissão pelo conde dos Arcos de três loterias em benefício da biblioteca, em 1815, 1816 e 1817.

³⁵ Trata-se do *Investigador Português em Inglaterra* subvencionado pelo governo português, que circulou de 1811 a 1819.

³⁶ Trata-se de *O Português ou Mercúrio político, comercial e literário* redigido pelo refugiado em Londres João Bernardo da Rocha Loureiro. Circulou de 1814 a 1822.

³⁷ Trata-se do *Correio Brasiliense*, publicado de junho de 1808 a dezembro de 1822 por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça.

³⁸ *A Idade D’ouro do Brasil* foi o primeiro jornal da Bahia, lançado em Salvador em 1811 por Manuel Antônio de Castro, e circulou em 1823.

³⁹ Trata-se da Igreja do Colégio dos Jesuítas transformada em catedral.

⁴⁰ Era o mesmo local da antiga livraria dos jesuítas.

⁴¹ Trata-se da primeira biblioteca pública da província de Minas Gerais, criada em 1827 com o nome de Livraria Pública de São João-del Rei. Foi uma iniciativa de Baptista Caetano d’Almeida, rico comerciante e político local, que ofereceu os próprios livros para o início da biblioteca. Cf. http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/obras_raras/apresentacao.html. Acesso em 26 abr. 2009

de banda e o rosto afundado no peito. Além de bibliotecário, ele é editor do *'Astro de Minas'*, um jornal de São João fundado fazia um ano". Avaliou tratar-se de "incipiente estabelecimento fundado nas montanhas do Brasil, onde, havia bem pouco tempo, era interdita a difusão de qualquer tipo de conhecimento". Possuía acervo de "cerca de 1.000 volumes dispostos ao longo das paredes, numa sala bem arrumada, com uma mesa de leitura no centro". Além de achar obras em português e espanhol, diversos títulos lhe chamaram a atenção: a *Encyclopédie*, obras de Voltaire, Rousseau e Raynal. Ficou surpreso ao encontrar "num lugar tão remoto alguns livros ingleses", como *O Revolucionário Plutarco*; *A Riqueza das Nações*, de Smith; *Geografia*, de Pinkerton; *O Paraíso Perdido*, *Viagem Sentimental e Triais for Adultery*. Havia também alguns periódicos, entre eles, o *Times* e o *Clironicle*. "Além desses, todos os jornais publicados no Brasil eram recebidos ali e colocados na sala de leitura." Informou que a biblioteca era parte de um programa mais vasto para estabelecer uma Sociedade Politécnica na cidade. Ao retornar ao Rio, enviou alguns livros ingleses para a biblioteca de São João (WALSH, 1985, v.2, p. 77-8).

Mais tarde, em 1868, a mesma biblioteca foi visitada por Richard Burton. "Aberta diariamente e horrivelmente decorada" como descreveu. Não mais encontrou o bibliotecário Batista Caetano, o "sujeito compenetrado" da época de Mr. Walsh, que havia morrido. O sucessor do cargo, segundo sua informação, "é surdo como uma porta e ignora quantos volumes tem sob sua responsabilidade". Calculou que eram em torno de 3.200, corrigidos pelo *Almanaque* como mais de 4 mil. Eram na sua maioria "fólios antigos e hoje dificilmente legíveis, e atarracados *in quarto*, que alimentaram o espírito dos clérigos e o corpo das traças", avaliou (2001, p. 156).

Uma biblioteca aberta ao público foi encontrada por Teresa Carlota, princesa da Baviera, na província do Espírito Santo, que visitou entre 25 de agosto e 12 de setembro de 1888. Disse ter sido surpreendida por achar, no pequeno povoado da Barra, uma biblioteca em cujas estantes existiam revistas e jornais alemães. Na edificação, inaugurada no dia 15 de maio do ano

anterior, funcionava também uma escola noturna. Fora criada por iniciativa de pessoas destacadas do lugar e tinha o nome de "Sociedade Bibliotecária Propagadora da Instrução" (ROCHA, 1972, p. 135).

Outros narradores, no entanto, registraram a surpresa dos viajantes por não encontrarem bibliotecas em alguns lugares por onde passaram. Auguste de Saint-Hilaire, em sua estada em Vila Rica, atual Ouro Preto, em 1817, observou que faltavam na cidade meios para o entretenimento dos moradores, como um passeio público ou um café; não havia nenhuma biblioteca, nenhum gabinete literário ou um centro de reuniões (1975, p. 73). Richard Burton, em sua visita a Diamantina em 1867, também percebeu a inexistência de bibliotecas, gabinetes literários e livrarias (1983, v. 2, p. 289). Em 1840, Gardner disse ter ficado "um tanto surpreendido ao saber que na cidade não havia nem livreiros nem bibliotecas" (1975, p. 211).

BIBLIOTECAS ESCOLARES E ACADÊMICAS

Durante o período colonial, as atividades de ensino no Brasil estavam predominantemente nas mãos dos jesuítas. Como já se viu, os padres mantinham em seus colégios bibliotecas que apoiavam essas ações. Com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil em 1759, o sistema de ensino por ela administrado foi desarticulado e as bibliotecas dispersas. O que se seguiu foram aulas isoladas de matérias de forma fragmentária e dispersa. Com a chegada da corte portuguesa em 1808, entre as diversas iniciativas que visavam atender à nova realidade política do país, foram fundadas várias instituições de ensino, dando início a uma nova etapa no sistema brasileiro de educação. Assim, foram criadas a Academia Real da Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810), a Academia Médica-cirúrgica da Bahia (1808) e a Academia Médica-cirúrgica do Rio de Janeiro (1809). Com a Proclamação da Independência em 1822, é promulgada pelo governo imperial a lei de 15 de outubro de 1827, que "manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares

mais populosos do Império”. Após a Independência, foram organizados, em 1827, os cursos jurídicos de Olinda e São Paulo.

São escassas no período e nos autores examinados referências a bibliotecas escolares e acadêmicas. Em seus passeios pelo Rio de Janeiro, Luiz e Elizabeth Cary Agassiz conheceram, em 1866, a Escola Militar⁴². Observaram que nela prevaleciam velhos métodos teóricos de ensino: “Os mapas são grosseiros, não há baixos relevos nem grandes globos, nem análises químicas, nem experiências de física”. Quanto à biblioteca, foram categóricos: não era digna desse nome (2000, p. 80). O casal também visitou o Colégio Pedro II, onde fez conferências e se tornou amigo do diretor na época, doutor Pacheco⁴³. Atribui à sua administração muitos melhoramentos no colégio, entre eles, o “enriquecimento da biblioteca”⁴⁴ (AGASSIZ, 2000, p. 140).

A biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo foi notada por viajantes que estiveram na província. O suíço Johann Jakob Von Tschudi, representante diplomático no Brasil que viajou nos anos 1860-61, ressalta que, ao contrário das salas de aulas sombrias e pouco confortáveis da faculdade, “a grande biblioteca é arejada e inundada de luz”. Seu acervo, com cerca de oito a nove mil volumes, era composto de obras jurídicas, históricas, filosóficas e enciclopédicas, “entre as quais algumas de valor”. Verificou a ausência de livros alemães e constatou que a literatura contemporânea estava representada quase que unicamente por obras de escritores franceses embora em número reduzido. Considerou

que as doações à faculdade eram demasiado pequenas para permitirem aquisições de certo vulto (TSCHUDI, 1980, p. 208-9).

O missionário Kidder, que esteve em São Paulo em 1839, deixou uma descrição mais detalhada da biblioteca. Constatou que o prédio dos cursos jurídicos estava situado no antigo Convento dos Franciscanos, tendo sofrido pequenas alterações e adaptações. “As salas de aula e de preleções ficam no primeiro andar; as dos professores e a biblioteca, no segundo”. Seu relato ainda oferece informações sobre o acervo. Composto de sete mil volumes, foi formado com as coleções originalmente pertencentes aos franciscanos, uma parte das quais foi doada ao convento pelo bispo da Madeira⁴⁵. Contou ainda com livros que pertenceram a um falecido bispo de São Paulo⁴⁶, setecentos volumes doados pelo seu primeiro diretor e diversos acréscimos feitos por ordem do governo. Quanto ao conteúdo, avaliou a existência de poucos livros sobre direito e belas letras, e deficiente no que se refere às ciências. Registrou a existência de elevado número de livros de teologia, opinando que jamais seriam lidos. Constatando a ausência da Bíblia em língua portuguesa, deixou a doação de um exemplar com dedicatória (KIDDER, 2001, p. 2001).

Outro visitante a registrar a biblioteca foi Richard Francis Burton. Lá, fez consultas, sendo atendido pelo bibliotecário doutor José Inocêncio de Moraes Vieira, ao qual se refere como “excelente amigo”. Considerou a biblioteca “um dos estabelecimentos brasileiros que mais se aproxima de uma universidade” (2001, p. 39, 43, nota 29).

Em outras instituições de ensino superior, a situação das bibliotecas não seria boa, a julgar pela observação do conde de Suzannet. O nobre

⁴² Trata-se da antiga Academia Real Militar, criada pelo príncipe regente dom João em 1810. Com a Independência do Brasil, em 1822, passou a chamar-se Imperial Academia Militar e, durante o Período Regencial, denominou-se Academia Militar da Corte. Em 1858, passou a funcionar na Praia Vermelha, ali permanecendo até 1904.

⁴³ Trata-se do doutor Manuel Pacheco da Silva, barão de Pacheco, diretor do colégio no período de 1857 a 1872.

⁴⁴ A biblioteca do Imperial Colégio Pedro II já constava da estrutura da instituição; de acordo com o capítulo do Regulamento n.º 8 de 31/1/1838 que contém os estatutos para o Colégio. Ver: VIANNA, Glória. *Leitores e livros no Imperial Colégio de Pedro II*. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/abralic/leitores_livros.doc>. Acesso em 6 fev. 2009

⁴⁵ Trata-se de dom Luís Rodrigues Vilarés, paulista, bispo de Funchal, na ilha da Madeira, eleito em 1796. Falecido em 1810, deixou sua biblioteca em testamento à “religião franciscana para fazer bom uso com proveito do público”.

⁴⁶ Trata-se dos livros da Cúria adquiridos depois do falecimento do bispo, dom Mateus de Abreu Pereira em 1824. A coleção continha a livreria que o bispo dom frei Manuel da Ressurreição trouxera de Portugal em 1774, composta de 1.548 volumes.

francês, que passou algumas semanas na Bahia em 1843, fez um comentário nada abonador sobre a biblioteca da Escola de Medicina de Salvador, uma das mais importantes da época. Diz que a encontrou “em estado deplorável”: “Dá até pena matricular alunos num estabelecimento em que a biblioteca está amontoada num quarto sempre fechado e onde é inútil procurar os instrumentos de cirurgia” (SUZANNET, 1957, p. 186).

A cidade de Olinda tinha o famoso Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça, criado pelo bispo Azeredo Coutinho, cujos Estatutos datam de 1798. Além de formar sacerdotes, a instituição oferecia estudos secundários aos leigos. O seminário chegou a ter uma boa biblioteca, e as atribuições do bibliotecário foram definidas no capítulo XXIV dos Estatutos.⁴⁷ De passagem pela cidade em 1821, Maria Graham constatou que o colégio e a biblioteca já estavam em decadência. Também observou não existir um só livreiro no local (GRAHAM, 1956, p. 121).

No Maranhão, Kidder visitou o Liceu que estava instalado no Convento Carmelita. Verificou as cadeiras lecionadas, o interesse e aproveitamento dos alunos e registrou a existência de uma biblioteca com quatro mil volumes, em que predominavam livros franceses (1980, p. 169).

A inexistência de livros e bibliotecas escolares levava à improvisação conforme se pode verificar no relato de Walsh da visita que fez a uma venda em Ilhéus, na Bahia. O proprietário era um homem instruído, que também mantinha uma escola para meninos. Foi recebido pelas crianças, que recitavam as lições em voz alta. Pode verificar que “seus livros não passavam de cartas comerciais recebidas pelo seu mestre e tratando de vários assuntos relativos aos seus negócios, sendo cada folha protegida de maneira que manuscritos tão preciosos não sofressem com o manuseio dos meninos”. Constatou que o “professor via-se forçado a se valer desse recurso

porque não dispunha de livros”. Concluiu que “os alunos aprenderam a ler textos manuscritos antes dos impressos” (WALSH, 1985, v. 2, p. 54).

BIBLIOTECAS DAS COLÔNIAS ESTRANGEIRAS

Após a abertura dos portos em 1808, colônias estrangeiras começaram a ser estabelecidas no Brasil e instituíram organizações diversas para assistir seus patrícios em terra estrangeira. Os ingleses foram os que mais se organizaram, mantendo, além dos estabelecimentos comerciais, consulados, capelas anglicanas, médicos, cirurgiões, hospitais e cemitérios e escolas em língua inglesa, jornais e bibliotecas. Eram pontos de penetração econômica, política e intelectual (MENDONÇA, 2009). Das bibliotecas, dão notícia Kidder e Fletcher (1941, p. 298): “Os residentes ingleses, alemães e portugueses fundaram bibliotecas para seu uso exclusivo. A dos ingleses é bastante extensa e rica”. Walsh, ao descrever as atividades exercidas pelos franceses estabelecidos na Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro, informa que “[os franceses] são também os únicos vendedores de livros do Rio. Há doze *libraries e relieurs*, alguns dos quais mantêm bibliotecas circulantes e possuem uma boa coleção de livros em todas as línguas” (WALSH, 1985, v. 2, p. 198).

Dois relatos se referem a bibliotecas inglesas no Rio de Janeiro. Em 1824, encontrava-se instalada a Sala de Leitura Birnie. Localizada na Rua Direita, seu acervo era mantido por meio de assinaturas da comunidade inglesa. Sobre ela notícia o viajante austríaco Ernest Ebel, em visita ao Brasil no ano de 1824, definindo-a como uma “utilíssima instituição: “Aí se encontram quase todos os diários ingleses, uma parte de franceses, o *Correspondent* de Hamburgo, jornais estes que os paquetes ingleses trazem com certa regularidade, mensalmente da Europa: assim ficamos a par de tudo o que se passa no mundo”, anotou. (EBEL, 1972, p. 119).

Em 1826 – em assembleia que reuniu no Hotel Imperial 150 cidadãos britânicos, moradores do

⁴⁷ Sobre este assunto cf. FONSECA, Edson Nery da. A biblioteca e o bibliotecário segundo Azeredo Coutinho. In: _____. *Problemas brasileiros de documentação*. Brasília: IBICT, 1988. p. 322- 327.

Rio de Janeiro – foi fundada a *Rio de Janeiro British Subscription Library*. Na ocasião, aprovou-se um estatuto para o funcionamento da entidade, cujo objetivo era obter obras em idioma inglês para o uso dos associados (SCHAPOCHNIK, 2009). Walsh ressaltou a iniciativa inglesa e elogiou o conteúdo e a atualização do acervo: “[Os ingleses] há pouco tempo criaram uma biblioteca circulante com um bom estoque de todas as muitas publicações da Europa. Possuem também um jornal que agora acredito estar suspenso” (1985, v. 2, p. 198). O engenheiro inglês James W. Wells, que chegou ao Brasil no início da década de 1870, também fez referência à instituição. Em seu passeio pela Rua do Ouvidor, na sua avaliação a “Bond Street do Rio de Janeiro”, narra: “Ao passarmos pelas lojas vemos indícios da presença da raça anglo-saxônica e alemã [...]. Nessa rua passamos pela biblioteca de empréstimos britânica, uma grande dádiva para os moradores e muito apreciada por eles”. (WELLS, 1985, v. 1, p. 45).

Não só no Rio de Janeiro os ingleses mantinham bibliotecas. Podiam ser encontradas em outras cidades do país onde a presença britânica era forte devido às atividades que exploravam. Burton, por exemplo, menciona a “pequena biblioteca inglesa de Pernambuco”. Diz lá ter visto a tradução da obra *Viagens no Brasil* de Spix e Martius (2001, p. 39). Na narrativa de sua viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho, Minas Gerais, em 1867, Burton também se reporta à biblioteca mantida pela companhia inglesa *The Saint John d’ El Rey Mining Company*, que fazia a exploração de ouro na região. “A nordeste da Superintendência, e meio escondida pelo mato, fica a ‘Biblioteca do Posto’, como diríamos na Índia, por fora um pequeno octaedro, caiado de branco e coberto com um telhado”, relatou. De acordo com suas notas, possuía

acervo de 920 volumes, dos quais 800 para empréstimos e os restantes para finalidades escolares. O bibliotecário é o capelão, um clérigo licenciado pelo bispo de Londres. Há alguns bons livros de consulta; infelizmente, faltam quase todos de interesse local, como Spix e Martius e o Diário de Lyon (BURTON, 2001, p. 276).

Outros, além dos ingleses, criaram bibliotecas para as suas colônias. Os franceses, portugueses e alemães também tiveram as mesmas iniciativas. Com relação aos últimos, há dois relatos. Ernest Ebel se referiu à sociedade Germânia, inaugurada no Rio de Janeiro em 1821. Em sua sede, como informou, havia livros alemães para os associados embora “antiquados”. (1972, p. 118-9). No Nordeste, Adolphine Schramm, esposa do comerciante Ernest Schramm, que se estabeleceu na cidade de Mauim, Sergipe, na segunda metade do século XIX, enumera as atividades da biblioteca da colônia. A cidade sediava a casa comercial A. Schramm & Co. dedicada, dentre outras atividades, à exportação de açúcar para a Alemanha. Em carta à sua cunhada, datada de 26 de março de 1860, Adolphine narra que foi encomendada “uma seleção de livros interessantes para a pequena colônia alemã”. “Parece uma pequena biblioteca”, escreveu. Ela própria era encarregada dos livros e se preocupava com a sua circulação: “Sou muito exigente em relação ao regulamento: o livro tomado emprestado deve ser devolvido para se receber outro da minha mão”, ressaltou (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1991, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos transcritos neste trabalho levam a algumas considerações sobre bibliotecas de diversas categorias existentes no Brasil nos Oitocentos segundo vistas pelos olhares estrangeiros.

A maioria dos viajantes não deixou escapar sua admiração ao encontrar aqui bibliotecas. Talvez, no imaginário europeu sobre o Brasil, não houvesse espaço para instituições de saber, o que causou espanto aos visitantes.

A Biblioteca Nacional foi a mais amplamente mencionada pelos viajantes, que manifestaram estranheza por encontrar aqui uma instituição do seu porte. Surpresa anotada nos registros de muitos, de que a sua existência apenas se deu em consequência da transladação da corte portuguesa para o Brasil. Nos textos, podemos encontrar as mais variadas

definições sobre a biblioteca: um “presente” (Spix e Martius); uma medida para “instruir a nação” (Pohl); uma “reliquia do tempo do rei” (Schlichthorst); uma instituição improvisada como requinte de civilização (d’Orbigny) e uma instituição que honrava a cidade (Ewbank). Foi também comparada a bibliotecas europeias, não sendo considerada inferior a elas (Walsh), e tida como um estabelecimento com que o Brasil se aproximava dos maiores países da Europa (Koseritz).

O acervo da Biblioteca Nacional, composto predominantemente de áreas como história, direito, teologia, foi considerado defasado e desatualizado (LUCCOCK, GRAHAM, SCHLICHTHORST). As novas aquisições eram poucas e eventuais (GRAHAM, CANSTATT), não havendo verba necessária para compras regulares (CANSTATT). As raridades bibliográficas foram ressaltadas como os incunábulos, a Bíblia de Mogúncia em particular (DENIS, KOSERITZ), e as coleções de manuscritos e gravuras (KOSERITZ). Esta parte do acervo é, até hoje, o orgulho da biblioteca. A abertura à população e as facilidades de acesso e consulta pelos interessados também foram destacadas. Mas muitos observaram a falta de público (Spix e Martius), baixa frequência (Ewbank) e até desconhecimento por parte da população (Arago). Os jornais do Rio e de outras províncias eram o atrativo que garantia a frequência à biblioteca pelo povo (WALSH, DENIS, EWBANK).

Embora muitas bibliotecas públicas tivessem sido criadas no decorrer do século XIX em várias localidades do país, elas não chamaram a atenção dos viajantes. A Biblioteca Pública da Bahia e a da cidade de São João del-Rey, em Minas Gerais, foram as únicas mencionadas. Vale ressaltar que ambas foram criadas por iniciativas de particulares, depois encampadas pelo governo como no caso da Bahia pelo conde dos Arcos. A ausência do Estado, ainda em construção nesse período, deixava nas mãos de particulares os afazeres que deveriam ser de responsabilidade do poder público. O que gerava muita confusão entre as dimensões do público e do privado.

Assim, é fácil encontrar nos relatos as bibliotecas particulares. Bibliotecas essas que foram organizadas por pessoas que, por força de seus ofícios, dependiam de livros. Entre os possuidores estavam, em primeiro lugar, os membros do clero, seguidos de profissionais liberais, como advogados, médicos e funcionários, além de juizes e magistrados. Porém, não apenas nas capitais das províncias é que elas foram observadas. No interior do país, como em Goiás, Minas Gerais, Piauí e até em localidade erma à margem do rio Tocantins, foram localizados possuidores de livros. O papel dessas bibliotecas estava limitado ao uso particular, não havendo maior repercussão além do espaço privado. Estavam ligadas às elites representadas por pessoas ditas cultas. Cumpriam, muitas vezes, um papel simbólico de reafirmação de *status* social de seus proprietários, muitas vezes iletrados, e, para tal, eram motivo de exibição, ocupando lugar de destaque nas residências.

Além das particulares, as bibliotecas das ordens religiosas foram as que se estabeleceram com maior regularidade no país desde o início da colonização. Muitas foram visitadas pelos viajantes e, nelas, cientistas fizeram consultas (TOLLENARE, DENIS). Algumas já haviam desaparecido quando da chegada dos viajantes, como as que pertenceram aos jesuítas, fato que foi lamentado. (LINDLEY, MAXIMILIANO, SPIX e MARTIUS). Outras se encontravam em processo de deterioração devido à decadência dos conventos, iniciada pela expulsão dos jesuítas e posteriormente pelas medidas restritivas do governo de Pedro II.

Outra categoria de bibliotecas que nos chama a atenção são as instituídas por colônias estrangeiras. Essas colônias mantiveram bibliotecas para os seus patrícios, as quais funcionaram com regularidade. Sua importância se deve ao fato de suprirem a pouca existência de bibliotecas nas cidades em que as colônias se estabeleceram com maior intensidade.

As bibliotecas escolares e acadêmicas tiveram raros registros. As poucas mencionadas não mereceram elogios (AGASSIZ, GRAHAM) exceto a da Faculdade

de Direito de São Paulo, que recebeu destaques (TSCHUD, KIDDER, BURTON). O sistema educacional na época, em processo de definição, não favorecia o aparecimento de bibliotecas.

O século XIX foi o período de independência e consolidação do Brasil como Estado-nação que se pretendia guiar por um modelo europeu de civilização. Nesse processo, as bibliotecas e outras instituições culturais, como museus, teatros, institutos históricos e arquivos, tiveram um papel fundamental para ajudar a moldar a nova identidade. Os relatos de viajantes examinados neste artigo se constituem fonte relevante para ajudar a compreender o desenvolvimento das bibliotecas brasileiras no século XIX e a sua contribuição como elemento de saber e cultura na construção da nação brasileira.

Artigo submetido em 26/08/2009 e aceito em 16/09/2010.

REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Tradução e notas: Edgar Süsskind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).
- ARAGO, Jacques Etienne Victor. *Souvenirs d'un aveugle: voyage au tour du monde*. Paris: Hortet & Ozanne, 1839. 1 pintura.
- AVÉ-LALLEMENT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. 1859. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- BATES, Henry Walter. *O naturalista no rio Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*: visando especialmente a historia natural dos distritos auri-diamantíferos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Tradução de: David Jardim Júnior. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).
- _____. *Viagens aos planaltos do Brasil*: 1868. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1993.
- CALLCOTT, Maria Dundas Graham. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. Tradução de: Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- CANSTATT, Oscar. *Brasil: terra e gente: 1871*. Tradução e notas: Eduardo de Lima e Castro. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).
- CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional: 1807 a 1990*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.
- DENIS, Ferdinand. *O Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1955.
- EBEL, Ernest. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1924*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil: ou Diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras, com um apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e diversas províncias*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- _____. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*. Rio de Janeiro e Província de São Paulo. Tradução de: Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- KIDDER, Daniel Parish; FLETCHER, James Cooley. *Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. Tradução de: Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil: tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Martins Fontes, 1942.
- MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil: principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Tradução de: Solena Benevides Viana. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944. 388p.
- MENDONÇA, João Hélio. Alguns aspectos da influência britânica sobre a vida brasileira e comentários em torno do livro Ingleses no Brasil, de Gilberto Freyre. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL NOVO MUNDO NOS TRÓPICOS,

- 2000, Recife *Anais...* Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000. Disponível em: <http://www.bvgf.fgf.org.br/portugues/critica/anais%5Canais_SINMT.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2009
- D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- POHL, Johann Baptist Emmanuel. *Viagem no interior do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1976.
- REICHEL, Heloisa Jochims. *Os relatos dos viajantes como fonte para o estudo da história*. Porto Alegre: Pós-Graduação em História da UNISINOS. Disponível em: <<http://eh.net/XIIICongress/cd/papers/60JochimsReichel320.pdf>> Acesso em 29 maio 2007.
- ROCHA, Levy. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. 2. ed. Brasília: Ebrasa, 1972.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem as nascentes do rio São Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir a história do reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Uma biblioteca desaparecida: the Rio de Janeiro British Subscription Library. In: ABREU, Márcia (Org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Mercado Letras. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecadesaparecida.pdf>> acesso em 31 jan. 2009. (Coleção Histórias de Leitura).
- SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e principalmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil*. Tradução de: Emmy Dodt e Gustavo Barroso. Brasília: Senado Federal, 2000. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).
- SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Kark Friedrich Philipp Von. *Através da Bahia: excerptos da obra reise in brasilien*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1916.
- _____. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1938.
- SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845: semelhanças e diferenças após um século*. Tradução de: Márcia de Moura Castro. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1957.
- TOLLENARE, L. F. *Notas dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- TSCHUDI, Johann Jakob Von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- FREITAS, José Edgard da Mota. *Cartas de Maruim*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Cultura Alemã de Sergipe, 1991.
- VIANNA, Glória. *Leitores e livros no Imperial Colégio de Pedro II*. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/abralic/leitores_livros.doc>. Acesso em: 6 fev. 2009
- WALSH, R. *Notícias do Brasil (1828 – 1829)*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1985.
- WELLS, J. *Explorando e viajando três milhas através do Brasil: do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
- WIED, Maximilian. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.